Alexandro Machado Namen. Botocudo: uma história de contato. Florianópolis, Editora da UFRSC/Editora da FURB,1994.

Clarice Cohn¹ Depto. de Antropologia – USP

Histórias de contato têm sido alvo de atenção dos antropólogos há algum tempo no Brasil. Nesse caso, a reconstituição da história do contato tal como entendida pelos grupos residentes na área indígena de Ibirama é um recurso para a compreensão de como as identidades se formam em um contexto de interação étnica. O autor retoma, em um primeiro momento, os estudos sobre os grupos Jê, nos quais, aliás, os Botocudo tiveram um papel marginal, para propor não uma análise da organização social, ou do dualismo que a literatura atribui a essas sociedades², mas do sistema interétnico observado em Ibirama. O processo de contato, desse modo, é observado como "organizador e orientador dos grupos sociais e estabelecedor das identidades e categorias étnicas" (p. 64).

A área indígena de Ibirama, em Santa Catarina, surgiu em 1926 com o objetivo de aldear os Botocudo contatados em 1914 e foi titulada em 1965. Os Kaingáng foram levados à área pelo SPI como mediadores entre os Botocudo recém contatados e o órgão oficial; na década de 40, o SPI autoriza a permanência de famílias de origem cafuza na área; na década de 50, os Guarani se mudam para lá; brancos passam também a residir na área. Esses grupos sociais, distintos que são de origem, mantêm entre si relações recíprocas (inclusive casamentos inergrupais), as quais, porém, estão longe de conformar uma equivalência ou uma indistinção entre eles, mas acaba por gerar novos agrupamentos ou categorias étnicas. Esses dados, apresentados logo no início, deixam claro que o autor realmente escolheu o melhor caminho para seu estudo: tratando-se de um tema que é sempre relevante, é especialmente instigante quando temos em mente a situação descrita.

O autor desenvolve sua análise em dois tempos: apresenta os grupos sociais que se constituem nesse sistema interétnico de acordo com as representações feitas por eles para, num segundo momento, reconstituir a história pós-1954

a partir de depoimentos nativos e retomando análises já feitas por outros estudiosos, o período anterior a 1954 sendo abordado em suas articulações com essa história mais recente. Essa periodização marca o fim da gestão de Hoernhan, sertanista que contatou os Botocudo, como chefe do posto do SPI na área, e que é afastado por resultado de aliança entre as lideranças Botocudo e Kaingáng; marca, portanto, "uma ruptura na história pós-contato" (pág. 30).

Assim, apresenta a categorização nativa3 dos grupos que constituem esse sistema interétnico e que diferencia, a seu ver, índios de não-índios e negros de brancos: cafuzo4; índio puro (termo que engloba indivíduos Botocudo, Kaingáng, descendentes de casamento entre esses grupos e Guarani); branco (o qual pode residir ou não na área indígena); mestiço ("significando basicamente descendente de índio puro e branco"); e negro ou preto, os quais são, assim, diferenciados dos cafuzos (p. 36). Essa configuração, afirma, se baseia na ascendência e na socialização, sendo a primeira predominante (p. 37). O reconhecimento de um indivíduo como pertencente a cada uma dessas categorias determina o acesso ou não a recursos e privilégios. Embora o autor indique as diferenças entre os grupos assim classificados quanto a atividades econômicas como agricultura e criação, produção para consumo e venda, exploração de recursos naturais como palmito e madeira, demonstrando a existência de profundas diferenças, a análise não é aprofundada. Ela acaba por quase se limitar a uma descrição, não sendo discutidas, a não ser de uma maneira muito geral, as consequências que essa classificação traz aos grupos exatamente no que tange à sua interação e às representações recíprocas. Há uma diferença quando a utilização das línguas é tratada: o botocudo é falado por Botocudo, Kaingáng e seus descendentes (inclusive os de casamento inergrupais); o guarani apenas por eles próprios, e o cafuzo tão somente por alguns membros desse grupo. Assim, configura-se uma situação em que os grupos mantêm, minimamente, suas próprias línguas; indica-se, porém, a precendência do botocudo em relação às outras, mesmo que relativa, já que é o português a língua usada entre indivíduos de diferentes grupos. O autor se questiona se essa precendência da língua botocudo não significaria "uma valorização especial do falar botocudo, apontando, possivelmente, para uma valorização similar do ser botocudo" (p. 40), fechando, porém, logo em seguida o capítulo.

Continuemos a acompanhar sua análise: a segunda parte do livro é dedicada aos depoimentos feitos por indivíduos dos vários grupos sobre a história póscontato, especialmente, como já indicado, do período posterior ao afastamento de Hoernhan. No entanto, os informantes são listados de início, não se apontando os autores de cada uma dessas versões. Essa seria uma estratégia para que não se relacionem "determinadas versões e depoimentos sobre certos episódios e determinados indivíduos" (p. 48). Se esse depoimento é muito debatido e tido como "correto", especialmente pelos pós-modernos, podemos, no entanto, questionar se não é prejudicial à sua própria análise, centrada que é na interação dos grupos sociais que se distinguem, e que, portanto, conformam atores sociais que elaboram necessariamente representações cuja diferença é o que há de mais relevante.

A reconstituição histórica feita a partir dos depoimentos nativos se apresenta como fragmentária, afirma o autor, por se valer apenas dos temas mais discutidos em campo. Sendo uma proposta de análise de tradições de história oral nativas, sente-se falta de uma elaboração teórica a respeito de tradição oral ou da concepção de história que está em jogo na seleção e interpretação dos fatos passados pelos atores que os relatam. Essa história, mais do que fragmentária, se apresenta de modo superficial: centrando-se em fatos que não poderíamos deixar de qualificar como relevantes (exploração de recursos, relação com o órgão oficial, continuidade e mudança na atuação de SPI e Funai, construção da Barragem Norte em terras indígenas), limita-se, porém, à descrição dos depoimentos. É nesse sentido que seria necessária uma problematização das realizações simbólicas realizadas a partir desses fatos, a qual poderia levar à melhor compreensão dos efeitos que os eventos vivenciados pelos diversos grupos residentes na área têm no estabelecimento de categorias étnicas.

O autor tem consciência desse limite no que se refere à coleta de informações e o justifica:

[...] o acesso às tradições de história oral nativas – numa área onde se pode supor uma tradição oral para cada grupo social – foi dificultado devido ao reduzido tempo destinado à pesquisa de campo e à falta de fluência nas línguas nativas. Isso me permitiu, penso eu, acesso à versões e depoimentos que eu rotularia de oficiais, tendo em vista que os

mesmos foram elaborados em conflito, tendo sido coletados, por outro lado, de indivíduos pertencentes a grupos sociais diferenciados e com idades diversas. Entretanto, o acesso a versões e depoimentos, diga-se assim, heréticos, foi impossível [p.48].

No entanto, não recorre à bibliografia existente sobre tradição oral, memória ou representações do contato e não se aventura a fazer uma reflexão do significado atribuído a cada uma das situações discutidas em campo e como este se configura à luz da convivência interétnica que analisa.

Através de sua reconstituição histórica, aprendemos, por exemplo, que nem todos os grupos recebem o direito de explorar madeiras (a área é dividida em glebas para essa exploração, distribuídas de modo a excluir cafuzos e Guarani e seus descendentes); que os cafuzos passam a ser contratados por aqueles que exploram madeira para trabalhar em suas lavouras, recebendo remuneração (p. 95); que os Guarani não são identificados e os cafuzos têm sua parte dividida entre os Botocudo, Kaingáng e seus descendentes quando da construção da barragem (p. 79); ou ainda que as indenizações foram tidas como corretas em considerar as terras como coletivas, mas incorretas, por considerarem pomares como coletivos (p. 88); que os diversos grupos elaboram interpretações próprias sobre a atuação do SPI (na figura de Hoernhan) e da Funai. São todos dados dos mais interessantes, e que mereciam uma maior reflexão de sua inserção num contexto mais global de interpretações do contato, mas principalmente das relações interétnicas. No entanto, são apresentados de modo cru e se bastando em si mesmos.

O autor aponta, agora num modo analítico, para a possibilidade de a conversão à Assembléia de Deus se configurar como uma codificação religiosa da identidade étnica, na medida que diferencia Botocudo e Kaingáng dos regionais, cafuzos e Guarani católicos (p. 96-7). Assim também, ao refletir sobre a ascensão dos Kaingáng à liderança, antes monopolizada pelos Botocudo, adiciona à explicação anterior (de que ela se desvia ao papel previlegiado de mediador entre estes e a sociedade nacional) a prática dos intercasamentos.

Pressente-se, assim, o momento em que, tendo melhor ilustrado a situação de fundo com a reconstituição histórica baseada em depoimentos e, ao menos idealmente, delimitado os atores, a reflexão volte à categorização das identidades étnicas que se cria na área indígena de Ibirama, antes apresentada como esboço para melhor compreendê-la. No entanto, o autor se limita a algumas considerações finais, deixando de lado questões que transparecem ao longo de todo texto, mas nunca são tratadas, como o fato de que, sempre que trata de "mestiços", ele tenha de adicionar "excetuando-se Guarani x brancos" (mas não, por exemplo, Botocudo x brancos); qual o papel dos Guarani nesse sistema interétinico, as suas e as alter representações? Fica, portanto, a pergunta de como essas desigualdades, que surgem dos privilégios de exploração dos recursos da área, indenizações etc., são elaboradas nessa categorização de grupos sociais por eles próprios.

A análise das relações entre brancos e índios baseia-se na tríade *domina-ção-consentimento e resistência*. Apresentada como auto-evidente, ela dá a tônica de suas conclusões. Assim institui que o processo do contato é um processo histórico de dominação a partir da tutela, e que, por um lado, se a dominação foi consentida pelos povos dominados, ela não o foi de modo passivo; de outro, que os próprios brancos se vêm transformados nesse processo de dominação. No entanto, nesse último ponto não se enfatiza que se trata de brancos específicos, como o agente do SPI, o qual, segundo ele, frustra-se em seus intentos (p. 65), ou aqueles que residem em área indígena e se casam com membros dos grupos lá residentes.

Assim, o grande mérito da boa escolha do tema, o qual traz de volta aos estudos antropológicos as sociedades do Sul do país no que elas apresentam privilegiadamente como foco de discussão (ou seja, a história do contato e as reformulações com que têm de se confrontar diante de uma nova situação), acaba por se ressentir de uma análise mais detida, de modo a não se limitar a uma reiteração de um debate já posto na antropologia brasileira, o da possibilidade de rearticulação simbólica dos efeitos do contato pelos grupos indígenas.

Notas

1 Mestranda do programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo.

- Como nota o autor, os Botocudo não foram tratados em ocasião dos estudos comparativos coordenados por Maybury-Lewis; posteriormente, a análise feita por Greg Urben em 1978, intitulada *A model of Shokleng social reality*, orientada por Terence Turner e apresentada à Universidade de Chicago, constitui um esforço de incorporação dos Botocudo ao modelo Jê, centralizando-se, portanto, na questão do dualismo.
- 3 Essa categorização, lembra o autor, corresponde àquela que se fazem quando se utizam da língua portuguesa.
- 4 Sobre esses, cf. Martins, Pedro *Anjos de cara suja. Etnografia da co-munidade cafuza*, dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.